

**COMÉRCIO EXTERIOR /** Instabilidade econômica portenha deve provocar queda nas exportações entre os países do Mercosul, segundo especialistas

# Crise na Argentina aflige vizinhos

» MARIANA ALBUQUERQUE\*  
» RAPHAEL PATI\*

JUAN MABROMATA



Presidente Alberto Fernández não consegue domar a inflação e não para de trocar comando na Economia

Em um cenário de plena instabilidade agravado pela maior inflação dos últimos 30 anos, que ultrapassa os 70% anuais, a Argentina atravessa uma de suas piores crises da história e os impactos vão além das fronteiras e atingem os demais países do Mercosul — formado também por Brasil, Uruguai, Paraguai.

Principal economia do bloco, o Brasil tem, hoje, o maior nível de exportação para os argentinos dos últimos quatro anos. Entre janeiro e julho de 2022, somaram US\$ 8,9 bilhões — 34% a mais que no mesmo período de 2021 — conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia.

A instabilidade econômica dos vizinhos, contudo, preocupa exportadores e economistas brasileiros, que veem esse avanço no comércio bilateral como algo temporário. Para o professor de Economia Internacional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Masimo Della Justina, a crise na Argentina deve provocar queda nas exportações de todos os países do bloco do Mercosul. Segundo ele, com o aumento das taxas de importação no país, os demais membros encontram dificuldades em vender produtos à não vizinha, que defende o protecionismo.

“Se a Argentina, em crise, importa menos do Uruguai, do Paraguai e do Brasil, ela afeta negativamente a área de produção. Nesse sentido, a crise na Argentina acaba impondo um custo econômico aos vizinhos, porque os vizinhos não exportando aquele potencial que eles poderiam exportar, eles também ficam mais pobres ou não realizam esse potencial”, avalia.

Outra preocupação brasileira é perder ainda mais espaço comercial para a China. O gigante asiático vem tomando o espaço do Brasil e passou a ser o segundo maior exportador para a Argentina, com 19,2% das importações do país vizinho. Enquanto isso, os chineses lideram como origem, com 21%, conforme dados do Indec, instituto de pesquisas do governo argentino.

O líder da Comissão Técnica de Tesouraria e Risco do Ibf-SP, Bruno Damasceno explica que o receio é válido, já que o vizinho sul-americano nunca esteve em um período tão difícil como o atual. “O Brasil tem perdido a relevância para a China como parceiro comercial, porém, ainda se beneficia do transporte rodoviário que acaba sendo mais barato. Em destaque, há a preocupação, que não é apenas brasileira, mas é global, de que a Argentina dê calote nas dívidas comerciais”, analisa.

## Impactos no Mercosul

**O professor Masimo Della Justina, da PUC-PR, elenca os principais fatores que influenciam a crise da Argentina**

» **Efeito renda:** perda de renda real pela inflação e dificuldades de ganhos em aluguel, juro, lucro e salário deixam a Argentina mais pobre e importando menos dos outros países membros.

» **Efeito monetário:** a desvalorização da moeda argentina torna as suas exportações mais baratas ao mesmo tempo que torna as suas importações mais caras. Isso, somado à inflação, vai afetar as compras de produtos de países membros do Mercosul.

» **Efeito financeiro:** cada dólar necessário para cumprir obrigações internacionais e para manter uma reserva necessária de divisas externa não está disponível para importar de seus vizinhos.

» **Efeito fiscal:** a necessidade de empréstimos governamentais por venda de títulos públicos, somada ao controle da inflação deixam os juros argentinos mais altos e isso afeta negativamente os investimentos privados e o consumo no crediário no país, resultando em menor crescimento econômico e realimentando o efeito renda.

» **Efeito adverso:** sobre a política comercial comum entre os países membros, que fica ainda mais distante.

Com fatia de 4,6% das exportações nos sete primeiros meses do ano, o país vizinho é o terceiro principal destino dos produtos brasileiros. Os dados mostram que o período atual tem beneficiado a exportação nacional, mesmo que o “Brasil tenha que se preocupar com a liquidez, com estrutura de garantia para que não haja problema de crédito”, segundo Damasceno.

## Aumento de tarifas

A falta de reservas monetárias em dólar, essenciais para as transações correntes da Argentina é o que mais preocupa o Brasil para as exportações de produtos nacionais ao país vizinho. E a desvalorização

do peso é crescente. Há dois anos, a cotação do real correspondia a 15 pesos, e, atualmente, a moeda brasileira vale 26,7 pesos.

Damasceno, do Ibf-SP, explica que os índices do país têm sido os piores do mundo, é muito difícil ter um credor sem uma reestruturação política e financeira. Além disso, a baixa estabilidade econômica do país não é o único fator que dificulta as exportações para a Argentina.

Para evitar a saída de dólares americanos do país, o governo de Fernández vem aumentando as tarifas de importação de produtos de países como China e EUA, mas também das nações que compõem o Mercosul.

Embora a medida tenha como objetivo aumentar a arrecadação do governo, o consultor de comércio exterior da BMJ Consultores Associados, Josemar Franco, explica que isso tem aumentado ainda mais o descontentamento de empresários argentinos que exportam para o país vizinho.

“O intuito do Mercosul é facilitar o comércio entre seus membros e, principalmente, ter em mente que é um Mercado Comum. Então, não é apenas uma área de livre comércio. Existe um nível maior de integração. É por isso que Paraguai, Uruguai e Brasil têm questionado a Argentina em relação à aplicação dessas medidas, porque tem dificultado o comércio entre os países do bloco”, afirma.

Desde 2018, o governo brasileiro, do então presidente Michel Temer (MDB), e o governo argentino, de Mauricio Macri, planejavam uma reestruturação do Mercosul, com uma revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), a fim de possibilitar uma abertura maior do bloco com outras nações estrangeiras, como os tigres asiáticos e a União Europeia.

No entanto, com a eleição do atual presidente de esquerda Alberto Fernández, em 2019, as divergências entre Brasil e Argentina só aumentaram. Com as eleições brasileiras se aproximando, as incertezas só aumentam em relação ao futuro do Mercosul. Caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — que lidera atualmente as pesquisas de intenção de voto — assuma o Palácio do Planalto em janeiro de 2023, a dívida é se ele seguirá uma linha mais protecionista ou se assumirá uma postura um pouco mais liberal.

\*Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel

**Brasil S/A**  
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## À altura do gigante

A duas semanas da eleição geral em primeiro turno, com resultados consolidados à luz das pesquisas mais recentes, já passa da hora o exame das questões substantivas à espera de solução para muito além dos assuntos laterais que tem ocupado as atenções, considerando-se o que está em disputa no cenário doméstico e no nível geopolítico.

O país como ator secundário do choque entre as grandes potências é um assunto dos mais urgentes, embora a maioria da, digamos, opinião esclarecida desconheça os movimentos subterrâneos que opõem China e Estados Unidos no tabuleiro global. Eles envolvem poderes agonizantes como a Rússia, emergentes como Índia, Irã e Turquia, coadjuvantes como o bloco europeu, com Alemanha e França à frente, e peões, como nós e os países latinos e africanos, regiões ricas dos insumos cobiçados por todos.

Pelo que diz a oposição ao governo Jair Bolsonaro (PL), em parte confirmada pelo desmonte dos órgãos de controle e proteção ambiental sob a sua orientação, o Brasil se tornou uma pária internacional. É fato.

Mas a verdade é um pouco mais matizada. A orientação de extrema-direita do governo é vista com desconfiada pelos EUA de Joe Biden, pela China de Xi Jinping e pelos europeus. A China, porém, é o nosso maior importador de grãos, carnes e minérios, e o maior investidor, especialmente em logística e energia. E é com os EUA que a economia e nossas empresas nacionais e estrangeiras estão mais entrelaçadas. A ambos também importa a influência, apequenada com Bolsonaro, do Brasil na América do Sul, hoje campo de caça da China em expansão.

Confusão política em países disputados por potências, em geral, por suas riquezas naturais ou posição estratégica no mapa, sem que haja um viés preferencial por nenhuma delas, tende a ser uma ocorrência enigmática comum. E fala em enigma para satisfazer os cétricos.

Houvesse pensamento estratégico na governança do Estado brasileiro — como havia entre o pós-guerra e o ocaso dos governos militares — e, possivelmente, tais temas estivessem mapeados e endereçados. Não só pelo que se enxerga a olho nu: a alta produtividade do agro e a relativa facilidade também a baixo custo da exploração mineral. Mas nos tornamos um país que avalia mal o seu potencial visível, ignora o desenvolvimento, e não entra em acordo sobre o tamanho da pobreza.

## Do funeral à oferenda

Há mais para ser valorizado. A abundância de água, por exemplo, é questão de segurança para as superpotências, sendo que EUA e China enfrentam períodos de estiagem severa, que se acentuam a cada ano, ocupando posição proeminente nas discussões sobre o clima.

No Brasil, o tema surge nas manchetes quando a estiagem diminui o volume d’água nas barragens das hidrelétricas e nos reservatórios que abastecem os moradores das grandes cidades. É mais que isso.

A agricultura produtiva é irrigada por meio de equipamentos de pivô central, com diferentes necessidades. A soja requer exposição à água dez vezes maior que a produção de milho, sendo a primeira mais necessária pela China que o segundo pela razão contrária à nossa.

É onde entra o pensamento estratégico que o tal fundamentalismo de mercado, servindo-me da expressão usada pela nova direita dos EUA, arruinou o Brasil desde a moratória da dívida externa no apagão do governo militar, em 1982, e de novo, em 1987, na redemocratização. É quando começa o longo funeral do planejamento econômico no país e a desindustrialização como oferenda aos deuses do mercado.

Tivessem sido mantidas as duas concepções de política de Estado, o planejamento e a primazia da indústria competitiva, com as revisões e atualizações, e hoje no conflito em curso no mundo provavelmente seríamos poder ou emergente ou coadjuvante, não peões, investindo em energia e logística para escoar os insumos que o mundo demanda, não para também servir os interesses nacionais mais amplos.

## O que fazer, o que evitar

O que está feito não tem volta. Mas conhecendo-se o passado, quando o produto da China era menor que o nosso, sem indústria sofisticada como tínhamos, fica claro o que fazer e o que evitar. A importância do agro deve ser acentuada, assim como dos minérios, mas conectando-os à reindustrialização movida a tecnologia, sem as quais o setor de serviços perderá o dinamismo gerador de empregos.

Tais visões requerem arte e inteligência no minueto geopolítico.

A China tem 20% da população mundial, mas cerca de 7% da terra arável do mundo que, além de pouca, encolheu, segundo relatório de fonte de inteligência de Washington que escreve sob o pseudônimo NS Lyons. A proporção de terras adequadas ao cultivo na China baixou de 19%, em 2010, para 13%, em 2020, em meio à urbanização e à poluição do solo e da água. Ainda assim, produz 95% de suas necessidades de grãos.

Os 5% de que depende de grãos são uma enormidade. A China consome 120 milhões de toneladas de soja por ano, quase toda a safra dos EUA, mas importa mais de 100 milhões de toneladas, ou 62% de toda a soja comercializada no mundo. Cerca de 30% vêm dos EUA, grande parte do resto, do Brasil. Sem a soja, sua enorme indústria de carne suína (a maior do mundo), principal proteína da dieta dos chineses, entraria em colapso. E o que lhe falta? Água, que temos.

## Pense nisso em 2 de outubro

Tais números dissecados indicam um caminho para o novo governo e o Congresso eleitos, além dos investidores e empresários da economia produtiva, chacoalhando os acomodados na ciranda financeira.

A reindustrialização com foco nas tecnologias de fronteira também é altamente dependente de oferta abundante de água. A produção de semicondutores de última geração, de 3 nanômetros (equivalente a 1 bilionésimo de 1 metro) para menos, exige resfriamento à água.

Eles são feitos com minerais escassos no mundo, parte dos quais há no Brasil. Uma política que incentive a exploração e a sua fundição no país serviria de moeda de troca com empresas de semicondutores usados em baterias de veículo elétrico, em placas de energia solar e em eletrônicos em geral. As montadoras instaladas no Brasil pedem essa estratégia antes que se tornem tão somente importadoras.

O cuidado a tomar não é com o que incomoda economistas neoliberais e seus porta-vozes na imprensa: o receio de captura do dinheiro público a pretexto de incentivar “campeões nacionais”. O risco pode ser evitado com maior envolvimento do mercado de capitais privado.

O que exige atenção é a China ser o principal fabricante desses minerais, dominando toda a cadeia de produção, da mina à usinagem. Um arranjo bem estruturado poria o país no jogo mundial em grande estilo com uma estratégia de desenvolvimento que vitamine o agro e a mineração, promova a indústria de ponta com tecnologia e nos ponha na mesa principal dos atores globais. Pense nisso em 2 de outubro.

## Reprovação elevada do governo

AFP

A soma dos problemas econômicos, sociais e políticos se unem com um clima tenso na Casa Rosada, que também atravessa forte crise de popularidade.

A reprovação do presidente da Argentina, Alberto Fernández, atinge 80% da população, de acordo com a última pesquisa divulgada pela Universidade de San Andrés. A vice-presidente, Cristina Kirchner, é acusada de associação ilícita e de fraude contra o Estado. A peronista sofreu um atentado no último dia 1º, quando o brasileiro Fernando Andrés Sabag Montiel, residente há quase 30 anos na Argentina, tentou matar a ex-presidente argentina.

O presidente e a vice já discordaram diversas vezes publicamente sobre uma possível maneira de resolver a crise econômica. Kirchner, inclusive, declarou que vê uma intervenção na economia uma forma mais eficaz de frear a queda crescente das finanças, porém o presidente busca, agora, alternativas menos protecionistas.



Além do presidente, vice Cristina Kirchner tem popularidade baixa

Com a popularidade em baixa e a inflação em alta, a dança das cadeiras no Ministério da Economia argentino é constante. O presidente anunciou, no fim de julho, a saída da ministra da Economia, Silvina Batakis, que durou apenas 24 dias no cargo. A estratégia foi unificar as pastas de Economia, Agropecuária, Desenvolvimento Produtivo e Pesca e Pecuária em torno do novo

“super-ministro” Sergio Massa, ex-presidente do Congresso.

O novo ministro tem a missão difícil de tirar o país de um buraco cada vez mais fundo. No entanto, o recente encontro, ocorrido na semana passada, de Massa com integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos EUA, gerou esperanças para a economia do país. O Fundo concordou em ajudar o

país na reestruturação econômica e no pagamento da dívida, que já atinge US\$ 45 bilhões, e vê um “forte compromisso” da equipe do ministro. Além disso, o Banco Mundial aprovou um novo crédito de US\$ 900 milhões ao país, que são somados a US\$ 1,1 bilhão que o banco havia concedido no início do ano para a reestruturação do país.

Dados divulgados pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) também apontam que o país tem atualmente uma reserva internacional de US\$ 37 milhões. Pesquisa feita pelo jornal *Infobae* estima que 7% desse valor estão disponíveis, e o resto, comprometido com dívidas.

No início de agosto, o governo anunciou o aumento das tarifas de água, eletricidade e gás em até 150%. Segundo projeções, é provável que a inflação no país chegue a 90% até o final do ano, mesmo que haja expectativas para as novas políticas econômicas que o novo ministro Sergio Massa pode adotar. (RP e MA)